

O SR. COSTABILE ROMANO — Sem revisão do orador — Sr. Presidente, esta Assembleia Legislativa deverá manifestar-se em breve, sobre o empréstimo que está sendo solicitado pelo Poder Executivo do Estado, através da Secretaria da Agricultura, ao Banco Internacional do Desenvolvimento, dentro das perspectivas apresentadas pela Aliança. Para o processo, o empréstimo será de 26 milhões de dólares, ou seja, de 18 bilhões de cruzeiros, tendo por finalidade ajudar a promover a revisão agrária do Estado. A operação de crédito, que será efetuada para a concretização do empréstimo, compreenderá certos aspectos que devem ser analisados para ajuizarmos da importância da iniciativa do Governo de São Paulo. O prazo do empréstimo será de 30 anos e pagará juros de 2% ao ano, sem implicar em qualquer abdicção ou compromisso político com o exterior, ou melhor, com as nações principais acionistas do referido banco. Nestas condições, Srs. deputados, o empréstimo apresenta-se com perspectivas saudáveis e poderá, inequivocamente, auxiliar o governo de São Paulo a realizar, em menor espaço de tempo, a revisão que está sendo exigida pelo seu próprio progresso. Além do mais, a considerável soma que representa a operação, da qual metade se destinará à promoção dos loteamentos rurais, possibilitará ao governo efetuar a venda dos lotes pelo prazo do empréstimo, ou seja, 30 anos, e pelos mesmos juros de 2% ao ano. Esta situação poderá facilitar enormemente a aquisição dos lotes pelos trabalhadores do campo, os quais, nas condições atuais, com os juros e prazos inacessíveis, jamais poderia satisfazer o seu sonho de possuir um pedaço de terra para nela trabalhar. A realidade dos nossos dias está nos mostrando que não poderemos sustentar o poderio industrial do nosso Estado se, dentro do panorama agrário da nação brasileira, não começarmos imediatamente a formular e executar uma nova política agrária. Ora, Srs. deputados, as condições propiciadas pelo Banco Internacional do Desenvolvimento com o empréstimo que nos facilitará, poderão ser, sem dúvida alguma, o início da propalada e tão necessária revisão. Na oportunidade de discutirmos a iniciativa do empréstimo, por certo, esta Assembleia não negará seu apoio e colaboração para que o mesmo seja imediatamente encaminhado e aprovado, ensejando-se, assim, os recursos para que o governo de São Paulo possa retirar da miséria e do atraso em que se encontram milhares de trabalhadores do campo, dando-lhes nova vida e novo sentido na produção coletiva.

Era o que tínhamos a dizer, louvando e apelando para que o referido empréstimo seja imediatamente realizado.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Dante Perri. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Roberto Vidigal.

O SR. LUIZ ROBERTO VIDIGAL — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, atitudes ousadas — dentre as quais o início e o final do exercício financeiro em meio do ano — estariam sendo cogitadas pelo governo para enfrentar o terrível déficit orçamentário de 1962, o qual, sem dúvida alguma, deverá agravar-se perigosamente com a esperada majoração dos vencimentos do funcionalismo federal. Para materializar um conjunto de medidas tendentes a conter o desequilíbrio da lei de meios, sem que se tenha necessidade de recorrer a novas emissões, o Presidente do Conselho de Ministros deverá designar, brevemente, um grupo de trabalho para a análise e o estudo da situação e, em decorrência, apresentar providências reais que facilitem a recuperação econômico-financeira do país.

Grandes e terríveis dificuldades, como é fácil de se constatar, defrontam o Conselho de Ministros no objetivo que se propõe alcançar. A primeira das dificuldades, é necessário reconhecer, provém do incontestável impacto exercido sobre os preços das utilidades em geral e da mão-de-obra, pelas frequentes majorações salariais nos setores privados, ocasionando a expansão do crédito e da inflação. Essas dificuldades adquirem, no entanto, atitudes mais ameaçadoras, quando se percebe que a primeira tentativa governamental para suavizá-las, através do aumento dos impostos, parece votada ao malogro, sendo total ou menos parcial, tendo em vista as resistências notadas na Câmara Federal dos deputados as novas alíquotas do imposto de consumo e mesmo as de outros tributos.

Parece-nos que os parlamentares federais não estão dispostos a arcar com a responsabilidade de novos aumentos tributários que, embora possam substituir os recursos inflacionários das emissões, da mesma forma resultariam em novo aumento no já aumentado custo de vida.

Entretanto, informações de procedência oficial começam a grangear para o atual governo um crédito de absoluta confiança por parte do povo. Tais informações adiantam que, desde o advento do regime em vigor, não foram feitas novas emissões. Se isto for a realidade, não resta dúvida de que um belo passo está sendo dado na direção do saneamento financeiro do país, mesmo tendo-se em conta, assim o julgamos, que a emissão de papel moeda não é contornável, desde que favoreça a produção de bens de consumo. Não conhecemos ainda a natureza das medidas a serem tomadas pelo Conselho de Ministros para conter e debelar uma conjuntura realmente difícil. Acharmos, porém, que todos devemos recebê-las possuídas da melhor boa-vontade e otimismo, a fim de favorecermos as soluções que o momento está exigindo para a tranquilidade da família brasileira. Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Jorge Nicolau. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Germinal Feijó. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Conceição da Costa Neves.

A SRA. CONCEIÇÃO DA COSTA NEVES — (Sem revisão do orador) Sr. Presidente e Srs. deputados, há dias o ilustre deputado José Felício Castellano, com aquela fidelidade que lhe é característica, tratou nesta Casa de uma questão que se referia ao Sesi, Sesc, Senai e Senac, mal informado, estou certa, por um funcionário precipitado e mal intencionado. Depois, todavia, quando o deputado federal Brasília Machado Neto — nome que pronunciamos com grande orgulho, porque foi ponto alto nesta Casa, presidente em duas sessões legislativas, e presidente de comissões de expressão no Congresso Nacional — quando S. Exa., o deputado Brasília Machado Neto, procurou nesta Casa o deputado Felício Castellano, dando com isso demonstração de respeito, consideração e carinho para com a Assembleia, na pessoa daquele colega. Após as explicações, o deputado Felício Castellano, dentro da sua característica de homem de bem, voltou à tribuna e fez um relato sobre as explicações dadas pelo Presidente Brasília Machado Neto.

Agora, Sr. Presidente, o Serviço Social do Comércio acaba de dar a São Paulo um esclarecimento, que tem como título "Esclarecimento Necessário" e com o que concordo, porque assim realmente procedem aqueles que nada têm a temer a respeito de sua orientação e administração.

Requiro a V. Exa. a transcrição desse esclarecimento, como homenagem sempre renovada de admiração, respeito e carinho a Brasília Machado Neto, dirigente que não foi, nem ao de leve, alcançado por esse funcionário leviano.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem.)

(N. da T. — O documento a que se refere a oradora vai publicado no final da sessão.)

O SR. PRESIDENTE — A Mesa deferiu o requerimento de V. Exa.

Tem a palavra o orador seguinte, nobre deputado Dante Perri.

O SR. DANTE PERRI — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, segundo me afirma o deputado Roberto Cardoso Alves, homem que lê todos os jornais do Estado e da Nação, reuniu-se amanhã 16 ex-Ministros da Viação para exporem os programas levados a efeito durante seus mandatos naquela importante Pasta. Eu me pergunto, data vinda se essas autobiografias não constituirão atos de penitência ou, melhor dizendo, verdadeiros exames de consciência daqueles ilustres homens públicos, que ocuparam a Pasta mais importante, esquecendo-se de que a serpente negra que liga São Paulo ao Rio, a mortalíssima Via Dutra, de uma só pista, apela a altos brados por uma sua co-irmã, ou seja, a segunda pista, a fim de que o negro asfalto, que recobre a faixa rodoviária, não se tinga de vermelho-sangue, mercê dos inúmeros desastres que ali têm lugar, preocupando a população de todo o Brasil, que obrigatoriamente se serve dessa via de comunicação, que liga os dois mais importantes centros da nação.

As cidades do Vale do Paraíba, ao longo da Via Dutra, não aguentam mais, com seus escassos recursos, o número sempre crescente de mortos e feridos, presente diabólico dessa via de comunicação, que passou despercebida aos ex-Ministros da Viação, como via isolada e cruelmente mortífera.

Impõe-se a construção da segunda pista e, num ato de contrição, de exame de consciência, de penitência levado a efeito pela exposição feita pelos ex-Ministros, deve constar como ato de reabilitação dos mesmos a exigência primordial da construção imediata da segunda pista, a fim de que a Paz, escrita com "p" maiúsculo, acompanhe os motoristas e passageiros nos carros que transitam aquela via, partindo de São Miguel, Jacaré, São José dos Campos, Caçapava, Taubaté, Pindamonhangaba, Aparecida, Guaratinguetá, Cachoeira Paulista, Cruzeiro, Pinheiros, Queluz e outras cidades. O governo do Estado, a fim de atender o desejo do descaço do Governo Federal, deveria abrir amplos hospitais, a fim de atender com socorros urgentes aos milhares de feridos, que com gritos lancinantes, amaldiçoam a hora em que se aventuraram a transitar pela venenosa serpente de asfalto que liga São Paulo ao Rio de Janeiro.

Tem razão o nobre deputado Cardoso Alves em apelar para este modesto deputado, que, tendo sido construtor de estradas, jamais deixou de prever que não basta apenas apresentar ao povo benefícios passageiros sem a preocupação de prever a amplificação dos trabalhos públicos, a fim de que o povo, arcando com pesados tributos, não derrame inutilmente seu sangue, vitimado pelo acaso, quando o generoso sangue de nossos irmãos só deveria ser derramado em defesa das grandes causas pátrias.

A Via Dutra, como está, é um seredouro de vidas, é um desafio à consciência dos chefes de família e uma verdadeira abjeção lançada no rosto de governantes ineptos, que se esquecem de salvaguardar a vida dos que trabalham e engrandecem este país.

Espero que o Ministro Tancredo Neves e o Presidente João Goulart, tenham ouvidos capazes de "ouvir" a modesta voz que se levanta da tribuna do Parlamento Paulista e que não se calará enquanto seus apelos não forem atendidos.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Gustavo Martini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Cid Franco.

O SR. CID FRANCO — Sr. Presidente e Srs. deputados, o jornal "Binômio", de Belo Horizonte, publicou em sua edição de 25 deste mês o seguinte artigo do jornalista José Maria Rabelo:

"Um Tipo de Democracia"

O general Punaro Bley se incumbiu, ele próprio, de confirmar a denúncia de Binômio — Jornal da Semana sobre sua formação política e seu passado como interventor do Estado Novo, no Espírito Santo. A depreciação de nossa redação veio mostrar quanta razão temos em negar ao comandante da ID-4 autoridade para falar em democracia. As novas críticas, duras mas inteiramente procedentes, ele respondeu não com os recursos que a lei democraticamente lhe confere, mas com o argumento da violência e da arbitrariedade.

Quando entrou em minha sala, já estava disposto a agredir-me, e da pior maneira, como fizera tantas vezes e a tantos jornalistas, quando era interventor no Espírito Santo. Trazia na cintura um bastão de comando, que iria usar como rebenque para atingir-me e desmoralizar-me. Vejam os leitores: o diretor do jornal apanhando de rebenque, em sua mesa de trabalho...

Tentei por todos os meios contê-lo, até que o general, aos impropérios, jogou-me contra a vitraça da janela que fica atrás de minha mesa. Ai, tive de revidar. E o fiz medindo os golpes, pois poderia, se quisesse, ter reagido com muito maior intensidade. Quando o deputado Euro Arantes e o gerente do jornal, sr. Mário Athayde, entraram na sala, atraídos pelo ruído do desforço pessoal, separando-nos, o general ainda tentou agredir-me por mais quatro ou cinco vezes.

O resto, vocês sabem, pelo relato de meus companheiros. Foi a ameaça de que "isso não val ficar assim". O cumprimento da ameaça, poucas horas depois, com a destruição de toda a nossa redação. Até em minha casa eles estiveram, só não molestando minha esposa (já no quinto mês de gestação) e meus cinco filhos, porque providencialmente eu os havia retirado de lá.

Eis aí, no inominável vandalismo desse grupo de desordeiros, o tipo de democracia que praticam. Uma redação depredada, seus redatores presos, o diretor caído como fera, deputados detidos e a ameaça de que "virá coisa pior". Bela democracia, copiada nos porcos do Estado novo, inspirada no processo da Gestapo e das SS Nazistas. Tiremos o chapéu para esse belo tipo de democratas.

P. S. — Escrevi este artigo, que o general Punaro Bley gostaria que fosse o último, com a casa em que estou, cercada por forças militares. Não sei se estarei livre ou vivo quando ele estiver impresso.

(a) José Maria Rabelo.

O artigo do jornalista deve ser meditado por todos os que não quebrem o nosso país nas garras de uma nova ditadura.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Ioshifumi Utiyama. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Costa.

O SR. JOSÉ COSTA — Sem revisão do orador — Sr. Presidente e Srs. deputados, no dia 15 do corrente mês apresentei à apreciação da Casa, projeto de lei criando a Delegacia Regional de Polícia de Adamantina, o qual recebeu o apoio de cinquenta Srs. deputados. Passo à Taquígrafia a documentação que acabo de receber do Sr. Prefeito Municipal dessa cidade, sr. Antônio Cescon, o que confirma o acerto desses dignos cinquenta Srs. deputados, ao anteciparem seu voto favorável à criação da Delegacia Regional de Polícia da chamada Nova Alta Paulista, na cidade de Adamantina.

Requiro V. Exa., Sr. Presidente, a transcrição dos documentos no "Diário Oficial" e que também sejam incluídos no processo do referido projeto de lei.

Era o que tinha a dizer.

(N. da T. Os documentos a que se refere o orador vão publicados no final da sessão.)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Mário Telles. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luciano Lepera.

O SR. LUCIANO LEPERA — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, os jornais noticiaram que o Estado de São Paulo está em negociações com o Banco Interamericano de Desenvolvimento Econômico — BIDE — para a obtenção de um empréstimo de 30 milhões de dólares destinados a planos de colonização, ao CEASA e à CAGESP.

Aparentemente, tratar-se-ia de um negócio vantajoso, pois a notícia fala em prazo longo e juros baixos. Acontece, porém, que esse empréstimo será feito em dólares e em dólares deverá ser pago. O Banco Interamericano de Desenvolvimento Econômico estará garantido contra os efeitos de inflação, auferindo juros sobre dólares e em dólares de 3% ao ano, o que não é mau negócio, uma vez que não haverá risco, pois o Estado de São Paulo garantirá a operação. O país, porém, terá que pagar esses dólares. Seria essa uma boa aplicação da tão desejada moeda forte?

O empréstimo em termos de dólares só teria cabimento se fosse o montante destinado a investimentos em setores industriais de maior relevância para o desenvolvimento econômico do Brasil. Tomar dólares emprestados para a montagem de sítios e construção de moradias parece coisa de gente jejuna em economia e é estranhável que o Senhor Governador do Estado e seus assessores para assuntos econômicos estejam cogitando do assunto. Por que tanto esforço na obtenção deste empréstimo? Qual será a instituição que controlará os bilhões de cruzeiros? Dizem que será CAIC — Companhia Agrícola de Imigração e Colonização, — a famigerada empresa que até hoje não tem feito outra coisa senão exploração imobiliária em benefício de seus diretores. A CAIC é empresa privada parcialmente controlada pelo Estado. Seu presidente é um preposto do Secretário da Agricultura, candidato manifesto ao Governo do Estado nas próximas eleições. Haverá interferência política na manipulação dessa fabulosa soma de 30 milhões de dólares?

O Estado perdeu o imposto territorial rural e agora perde a postura, estendendo a não aos Estados Unidos, instituidores do fundo denominado "Aliança para a Paz", a fim de promover colonização. Terá que criar receita tributária a fim de comprar terras, o que representa mera transferência e não, criação de novas riquezas. Terá que destinar uma parcela de sua receita ao pagamento dos dólares. Se assim é, porque tomar emprestado dinheiro em fontes internacionais e colocá-lo em empresa particular controlada por políticos em campanha eleitoral? Por que não entregar esse empréstimo ao Fundo de Expansão Econômica do Banco do Estado para o financiamento da indústria, inclusive da indústria agropecuária, eletrificação rural, etc?

Que a necessidade de reforma agrária — de que a "revisão" está tão distante — não sirva de pretexto a uma negociação de caráter internacional de perniciosos efeitos para o Estado e o País!

Certo o BIDE exige do interessado que "case" igual montante, para obter o empréstimo, o Estado acaba de incluir aquele na lei de meios, numa tentativa para fazer aprovar subrepticamente o empréstimo!

O BIDE quer seu dinheiro de volta com o mesmo poder aquisitivo. Nada de inflação! Se o valor do cruzeiro continuar a se deteriorar, a comunidade brasileira terá que pagar!

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Osvaldo Santos Ferreira.

O SR. OSVALDO SANTOS FERREIRA — Sem revisão do orador — Sr. Presidente e Srs. deputados, está causando a maior repulsa a atitude injusta tomada pela Cia. Telefônica Brasileira no tratamento dispensado ao pessoal das reparações.

A C.T.B. possui em seu quadro trabalhadores, instaladores, reparadores, cabistas etc., que, além de suas funções especializadas, ainda dirigem os veículos: caminhões, furgões etc., recebendo como pagamento por esse trabalho extra apenas Cr\$ 70,00 diários.

Esses operários pleitearam pelo seu sindicato a ajuda de custo de Cr\$ 6.000,00 mensais pelo trabalho de motorista e, diante da falta de interesse da C.T.B., deram o prazo de 30 dias para se solucionar a questão: ou o pagamento dos Cr\$ 6.000,00 mensais, ou que se contrataram motoristas para os veículos. Antes de terminados os 30 dias, a C.T.B. ofereceu a diária de Cr\$ 140,00 para que os operários, além do serviço próprio, também trabalhassem como motoristas.

Diante do insignificante aumento, os trabalhadores recusaram a proposta, considerando que, se a C.T.B. for contratar motoristas, deverá pagar, de vencimentos e encargos sociais, cerca de Cr\$ 23.000,00.

Por absurdo que pareça, a C.T.B. não voltou atrás e mandou buscar motoristas no Rio, pagando-lhes, além dos vencimentos normais, a diária de Cr\$ 2.600,00 e isso, para não pagar os Cr\$ 6.000,00.

Desejo, desta tribuna, pedir a atenção dos poderes constituídos, para essa situação, pois sabemos que o serviço de reparações de telefones nesta Capital está precário e, por certo, continuará em atraso, se a C.T.B. persistir em explorar os seus modestos operários, negando-lhes o pagamento do trabalho realizado.

Seria de toda conveniência que o Governo do Estado procurasse in-